

# O ensino de Regência em um curso de Licenciatura em Música Popular: uma reflexão acerca dos discursos

## Comunicação

*Armindo de Araújo Ferreira  
Universidade Federal de Pernambuco/Faculdade STBNB  
armindo.musica@hotmail.com*

**Resumo:** Este trabalho se volta à discussão do currículo no âmbito do Ensino Superior, mais especificamente sobre o ensino de Regência no contexto da Licenciatura em Música Popular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, do Campus Belo Jardim (IFPE – Campus Belo Jardim), no estado de Pernambuco, buscando entender a presença do discurso sobre música popular no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e nos planos de ensino do componente curricular Regência. A pesquisa, de cunho qualitativo e caráter exploratório, mostra, a partir do corpus analisado, que há um distanciamento entre os discursos presentes nos planos de ensino dos componentes curriculares e o próprio discurso do PPC, mostrando uma presença reduzida da música popular nesta área.

**Palavras-chave:** Ensino de Regência; Licenciatura em Música; Currículo.

## Introdução

O presente texto foi elaborado a partir de uma pesquisa concluída, realizada durante o período do mestrado e referente à uma atividade avaliativa no componente curricular Música Popular e Aprendizagem, do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Pernambuco (PPGM-UFPE). As motivações iniciais se deram a partir das discussões e reflexões relacionadas com a música popular e sua presença no contexto do ensino superior, posteriormente, estas motivações se ampliaram, abarcando a relação entre currículo, ensino de regência e a Análise do Discurso, de linha francesa. Desta forma, buscou-se refletir sobre a presença da música popular no Projeto Pedagógico de Curso indicado abaixo<sup>1</sup> (PPC) da Licenciatura em Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, do Campus de Belo Jardim, em Pernambuco (IFPE – Campus Belo Jardim), objetivando-se entender a presença do discurso sobre música popular nesse PPC e nos

---

<sup>1</sup> No documento original, aparecem tanto os termos Plano do Curso de Licenciatura em Música quanto Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Neste texto, adotei o segundo termo.

planos de ensino do componente curricular Regência. A reflexão toma como base o documento escrito e está referenciada em teóricos da Educação Musical, como Green (2008, 2012); do Currículo, como Lopes e Macedo (2011), Sacristán (2013), Arroyo (2019); e da Análise do Discurso, como Maingueneau (1997) e Orlandi (1999).

## Metodologia

A perspectiva metodológica adotada se alinha com a pesquisa de cunho qualitativo. Oliveira (2014) caracterizou esse tipo de pesquisa como: “um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2014, p. 58). Nesta investigação, entendi que o ensino de regência em cursos de licenciatura em música em IF merece um estudo que possa contribuir com a discussão, tanto para o ensino deste componente específico quanto para o campo do currículo.

Devido à proposta apresentada, o caráter da pesquisa pode ser entendido como exploratório, já que “As pesquisas deste tipo são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). Como foi trazido, já na parte inicial deste trabalho, o PPC será o documento base de trabalho no processo analítico, portanto, pode-se dizer que se trata de uma pesquisa documental, também, pois “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). Alguns aspectos, como baixo custo de execução e facilidade de acesso às fontes colaboraram para traçar a pesquisa, já que ela teria um prazo relativamente curto para sua concretização, por se tratar de uma atividade avaliativa de um componente curricular, como informado na parte introdutória.

O corpus constitutivo da pesquisa é formado pelos sujeitos enunciativos em formato de arquivo, que foram: o PPC do curso em questão e os planos de ensino, que abarcam também os ementários. Para tanto, a análise documental surge como alternativa, pois “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.” (LÜDKE; ANDRÉ, 2004, p. 38). Vale salientar que a conjuntura política, econômica, social e cultural são pontos indispensáveis para uma reflexão

acerca dos documentos analisados (CELLARD, 2012). O acesso ao corpus em formato de arquivo se deu por meio de site institucional, o que não requereu contato com diferentes esferas do curso, como coordenação, corpo docente ou discente etc. Todas as informações aqui abordadas, portanto, estão acessíveis do documento analisado.

## Fundamentos teóricos

A discussão sobre o currículo é tão ampla e diversificada quanto o próprio currículo. Sacristán (2013) aponta a proporção da temática, sua complexidade e a postura a ser adotada frente a ela:

Às vezes, tornamos as coisas um tanto complicadas para entender sua simplicidade óbvia; em outros casos, elas parecem ser simples, e perdemos de vista sua complexidade. Temos uma sensação contraditória ao falar do **currículo**, pois sentimos, por um lado, a necessidade de simplificar para que nos façamos entender, o que nos transforma em seus promotores. Nesse sentido, afirmamos que o currículo é algo evidente e que está aí, não importa como o denominamos. É aquilo que um aluno estuda. Por outro lado, quando começamos a desvelar suas origens, suas implicações e os agentes envolvidos, os aspectos que o currículo condiciona e aqueles por ele condicionados, damos-nos conta de que nesse conceito se cruzam muitas dimensões que envolvem dilemas e situações perante os quais somos obrigados a nos posicionar. (SACRISTÁN, 2013, p. 16 [grifo do autor])

O discurso de Sacristán aponta que as possibilidades de “definição” de currículo são variadas e não necessariamente se complementam. O estudo do currículo deve contemplar aspectos variados, considerando a diversidade de elementos e tensões existentes na relação entre os participantes desta teia que compõe o mundo curricular.

Neste aspecto, novamente Sacristán (2013) acrescenta à discussão ao afirmar que é necessária a busca de sentido daquilo que é feito, sua finalidade e os sentidos que estão implícitos ou explícitos, a depender das circunstâncias. Quando há busca por sentido, as tensões aparecem. Neste mesmo sentido, Arroyo (2019) aponta motivos que levaram o currículo a se tornar elemento de centralidade num território de disputa, já que o campo do conhecimento se tornou mais dinâmico, complexo e disputado, permeado por interpretações e epistemologias que brigam entre si, mas que, ao mesmo tempo, dão perspectivas para entender as contradições presentes na sociedade e fundamentam outros

projetos para a própria sociedade. Se o campo do conhecimento vive essa tensão e disputa, com o currículo (e a discussão sobre ele) não seria diferente. Sacristán afirma que o currículo “não é algo neutro, universal e imóvel, mas um território controverso e mesmo conflituoso a respeito do qual se tomam decisões, são feitas opções e se age de acordo com orientações que não são as únicas possíveis” (p. 23).

Outro ponto que reforça este aspecto do currículo como campo de disputa se relaciona com o apontado por Lopes e Macedo (2011), tanto no aspecto de entender o que é “currículo” quanto suas implicações, pois não se pode buscar o entendimento do “currículo” olhando para seus elementos intrínsecos, mas sim para os acordos de sentido do termo, que se modificam ao longo do tempo. Esta abordagem entende o currículo como uma prática discursiva, como apontado por Lopes e Macedo (2011). Esta linha entende o currículo – e as tradições que buscam defini-lo – como uma prática de poder, de significação e de atribuição de sentidos. Como toda prática discursiva, ele constrói realidades, projeta identidades, afeta os comportamentos. Por se tratar de um discurso produzido pela interseção de outros discursos que estão na esfera do social e do cultural, há o reforço de sentidos e a recriação destes. Este ato de recriação envolve relações de poder, fazendo com que nem tudo seja explicitado.

Ao considerar o currículo como prática discursiva, aproximo-me da Análise do Discurso (AD), de linha francesa, principalmente pelo afastamento desta em relação ao esquema básico disposto pela comunicação, quando define o que vem a ser mensagem: emissor, receptor, código, referente e mensagem, trazendo que a questão vai além do transmitir uma informação e que este fato não apresenta, necessariamente, uma linearidade (ORLANDI, 1999). A AD se relaciona com textos produzidos no contexto de instituições que limitam fortemente a enunciação, em se cristalizam conflitos históricos, sociais, dentre outros, e que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado (MAINGUENEAU, 1997). A presença destes conflitos aponta para a diversidade do mundo e que, por sua vez, se faz presente no ensino superior e na discussão sobre currículo.

Esta multiplicidade de elementos faz com que a discussão sobre o ensino de música popular apareça. Primeiramente, pelo próprio marco característico de diversidade da sala de aula, pois, como afirma Green (2012):

A sala de aula é notoriamente um local para o entrelaçamento de significados, valores e experiências musicais; talvez em particular em relação à música dos “próprios” alunos – a área popular – em contraste ao que usualmente eles se referem à “música de velho” – a área clássica. (GREEN, 2012, p. 62)

e pelo fato de que o processo de aprendizagem musical com músicos populares difere, quando comparado com os procedimentos educacionais formais, assim como com os modos como conhecimentos e habilidades são transmitidos na esfera da música erudita há, pelo menos, dois séculos.

Neste sentido, Green (2008) propõe um modelo de aprendizagem informal para o contexto formal das escolas. Tal proposta tem, como base, as práticas informais de músicos populares e é composta por cinco princípios, são eles: 1) os estudantes escolhem a música que desejam trabalhar; 2) a música é tirada de ouvido; 3) os próprios discentes escolhem os colegas com quem desejam trabalhar e aprendem uns com os outros; 4) a aprendizagem vem de um repertório “real” e não segue necessariamente uma ordem pré-estabelecida; e 5) há integração grande entre audição, performance e composição, com ênfase na criatividade.

### **Pequena discussão discursiva**

A Licenciatura em Música do IFPE – Campus Belo Jardim iniciou suas atividades em fevereiro de 2011, com regime de matrícula e periodicidade letiva semestrais, turno integral (matutino e vespertino), período de integralização mínima e máxima de 4 e 8 anos, respectivamente. A habilitação ou ênfase do curso é informada, no PPC, como sendo ou Práticas Interpretativas da Música Popular – Instrumento ou Práticas Interpretativas da Música Popular – Canto. Saliento que o PPC em questão data do ano de 2013.

O PPC diz que o surgimento do curso se deu pela discussão, dentro da comunidade, sobre a necessidade de se criar cursos superiores no referido IF, sendo um deles o curso de música que, por sua vez, contribuiria para a formação musical da cidade e na região, promovendo e incentivando, também, a produção musical e cultura local. Um ponto que reforça isso é a de que a cidade “é conhecida e reconhecida como ‘Terra dos Músicos’, seja pela tradição natural do seu povo ou pelo trabalho desenvolvido há 122 anos pela Sociedade

Musical Filarmônica São Sebastião e há 75 anos pela Sociedade de Cultura Musical.” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM, 2013, p. 10). Das justificativas apresentadas para a criação do curso, uma se aproxima da discussão sobre música popular:

um aspecto importante da proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Música a ser implantado no IFPE – Campus Belo Jardim é o seu perfil centrado na Música Popular. Os cursos de graduação em música hoje, em sua maioria, têm suas matrizes curriculares baseados em modelos norte-americanos e europeus. Estes modelos valorizam pouco as tradições musicais brasileiras e muitas vezes inibem a criatividade do discente brasileiro na área de música, sobretudo no contexto social em que estamos inseridos. Nosso desejo é trazer para a academia as heranças culturais do povo brasileiro e nossa proposta pedagógica quer valorizar sua diversidade musical, integrando os ricos conteúdos da música popular ao currículo. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM, 2013, p. 12-13).

Assim, é perceptível um diferencial do curso no contexto no qual está inserido. O PPC apresenta, ainda na justificativa do curso, a seguinte colocação:

Em permanente diálogo com a realidade cultural da região e contemplando a diversidade musical do agreste nordestino, este curso tem duas características principais: a primeira é o foco na formação de professores de música que sejam profissionais capacitados para atuar em diferentes contextos, de acordo com as demandas da contemporaneidade (na educação básica, em escolas especializadas de música, em espaços não formais e em outros campos instituídos e emergentes); a segunda é a opção pela música popular como eixo norteador da formação, o que supre ao mesmo tempo uma carência da região em termos de escolas voltadas para este tipo de repertório e um anseio da população que se mostra mais identificada com esta proposta. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM, 2013, p. 14).

Mesmo com tais justificativas, nos objetivos (geral e específicos) do curso, não se encontra menção à música popular. Tal referência aparece no perfil profissional do egresso, que coloca a habilitação em práticas interpretativas da Música Popular. Na parte de saberes docentes, por sua vez, é possível encontrar esta articulação com a música popular, como pode ser lido nos exemplos que seguem:

Compreender as diversas combinações e reelaborações imaginativas, a

partir das experiências sensíveis da vida cotidiana e do conhecimento sobre a natureza, a cultura popular, a história e seus contextos [...]; Desenvolver uma práxis consistente com as especificidades demandadas para o ensino de música popular [...]; Realizar projetos voltados às áreas do ensino da música popular, tendo como base o contexto cultural local. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM, 2013, p. 17, 18).

Um ponto de destaque é a de concepção e princípios pedagógicos em que, ao mencionar o currículo, traz itens como a flexibilização curricular, interdisciplinaridade, dentre outros. Este detalhe pode ser lido no trecho que se segue:

No que concerne à estrutura curricular, esta licenciatura entra em consonância com os princípios atuais de liberdade, flexibilidade e interdisciplinaridade curricular que pautam as demandas sociais e os avanços científicos e tecnológicos do mundo contemporâneo. Observando a inter-relação das diferentes disciplinas, aspecto indispensável no processo de produção e disseminação do conhecimento, a estrutura curricular do curso busca a aproximação entre a formação prática e reflexão teórica, configurando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 2013, CAMPUS BELO JARDIM p. 18-19).

Quando o PPC aborda, especificamente, aspectos relacionados à concepção docente, afirma-se que a base do curso está sedimentada numa perspectiva que articula a prática e a reflexão sobre esta prática, colocando o docente como aquele que mobiliza e produz diferentes saberes em sua atividade. Esta perspectiva se coloca em oposição aos modelos encontrados, ainda, em cursos de formação inicial de professores, o que traz, à tona, um discurso de alinhamento com as tendências em voga no processo formativo para docentes no contexto brasileiro dos últimos anos. Estes detalhes podem ser observados nas seguintes informações do PPC:

Quanto à concepção docente, o curso está fundamentado com base em estudos sobre formação de professores na perspectiva prático-reflexiva que enfatiza o professor como um profissional do saber/do ensino, que mobiliza e produz saberes em sua atividade, que atua de modo autônomo, reflexivo, criativo, transformador e propositivo, em um movimento que amplia a consciência de sua ação docente no exercício da própria prática.

Contrapõem-se, portanto, aos rígidos modelos academicistas e utilitaristas de uma parcela considerável dos cursos de formação inicial de professores no Brasil. Assim sendo, adota-se a concepção de que este curso tem a perspectiva de formação do professor que materializa a sua prática por meio da "ação e sobre a reflexão na ação" num movimento dialético,

tornando-se um professor pesquisador e um profissional crítico-reflexivo, ou seja, o licenciado em Música é um professor intelectual que não se reduz a atuar como um mero técnico de ensino. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 2013, CAMPUS BELO JARDIM, p. 19).

Para a reflexão específica acerca dos componentes curriculares, além do PPC, tomei, como base, os planos de ensino. Estes documentos trazem a ementa e outras informações, como as competências a serem desenvolvidas, a metodologia, a avaliação, o conteúdo programático, bibliografias básica e complementar. Estes elementos, que ampliam a visão sobre os componentes investigados e sua relação com os objetivos deste trabalho, marcarão a discussão, funcionando como espaços discursivos.

Na Licenciatura em Música do IFPE – Campus Belo Jardim, existem dois componentes intitulados Regência 1 e Regência 2, localizados no 7º e 8º períodos, respectivamente, sendo o primeiro pré-requisito do segundo e cada um com carga horária total de 40 horas. Meus comentários serão feitos traçando paralelos entre os dois componentes, não os desmembrando.

**Quadro 1:** Síntese das informações dos planos de ensino dos componentes curriculares *Regência 1* e *Regência 2* da Licenciatura em Música do IFPE – Campus Belo Jardim.

<b>Espaços discursivos</b>	<b>Regência 1</b>	<b>Regência 2</b>
Ementa	Estudo sistematizado dos elementos da regência, com ênfase à música popular, visando o preparo e a formação do músico como artista e líder de grupos corais.	Estudo sistematizado dos principais elementos da regência, com ênfase à música popular, visando o preparo e a formação do músico como artista e líder de grupos Vocais ou instrumentais.

Competências a serem desenvolvidas	<p>Adquirir conhecimentos básicos e técnicos para a regência de coro;  Aprender exercícios de relaxamento, aquecimento e temperamento vocal;  Conhecer o repertório básico para coro;  Conhecer a tessitura vocal de cada naipe;  Aprender técnicas de ensaio;  Montar um repertório coral.</p>	<p>Adquirir conhecimentos básicos e técnicos para a regência;  Conhecer o gestual básico de regência para banda, coro ou orquestra;  Conhecer a história e os estilos de regência;  Aprender a reger em diferentes andamentos, dinâmicas, compassos, etc.</p>
Metodologia	<p>Aulas práticas de regência;  Exercícios corporais relacionados à regência;  Apreciação de vídeos sobre regência;  Regência de pequenas peças executadas pela turma;  Pesquisas;  Apreciação de concertos e repertório relacionados.</p>	<p>Aulas práticas de regência;  Exercícios corporais relacionados à regência;  Apreciação de vídeos sobre regência;  Regência de pequenas peças executadas pela turma;  Pesquisas;  Apreciação de concertos relacionados.</p>
Avaliação	<p>Trabalhos de pesquisa;  Regência das peças trabalhadas nas aulas  Relatórios de audições;  Elaboração de repertório específico.</p>	<p>Trabalhos de pesquisa  Regência das peças trabalhadas nas aulas  Relatórios de audições.</p>
Conteúdo programático	<p>Conceito de regência coral;  Tessitura vocal;  Montagem de repertório coral;  Técnica vocal, relaxamento, respiração e interpretação;  Técnicas de ensaio.</p>	<p>Posição inicial; gesto básico: corpo, braços, mãos.  Padrões: binário, ternário e quaternário simples;  Gesto inicial: tético, anacrústico e acéfalo;  Terminações: simples e com fermata (noções de fermata); fermatas internas e conclusivas.</p>

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM, 2013.

Tendo como base os espaços discursivos e suas relações com os dois componentes curriculares, alguns elementos merecem atenção. A **Ementa** quase não apresenta diferença entre os componentes, apontando a presença da música popular e que a Regência 1 se volta mais para o trabalho coral (confirmada pela presença da expressão “grupos corais”), enquanto que a Regência 2 apresenta uma expressão mais genérica (“grupos vocais ou instrumentais”), deixando margem para que se pense em formações variadas, além da coral. Vale destacar que este espaço discursivo é o único local em que é feita a menção à música popular, o que, de certa forma, destoa da própria proposta do PPC e do curso.

Em **Competências a serem desenvolvidas**, podem ser confirmadas as ideias apontadas na **Ementa**, reforçando a ênfase da parte coral do primeiro componente curricular e a ênfase partilhada no segundo. Repetindo a mesma situação do primeiro espaço, neste, não há elementos que apontem a presença de música popular na articulação das competências desejadas.

Na **Metodologia**, onde se encontram referências a repertório, também não há menção à música popular. Talvez a única parte que pode deixar margem para especulação sobre uma possível “presença” da música popular seja por meio das expressões “apreciação de vídeos de regência” (a música popular aparece em algum destes vídeos?), “regência de pequenas peças executadas pela turma” (haveria a presença da música popular nestas peças?), “apreciação de concertos e repertórios relacionados” (Regência 1) e “apreciação de concertos relacionados” (Regência 2), esta apreciação de repertório está ligada, de alguma forma com a música popular?

Na **Avaliação**, os questionamentos se assemelham ao do campo anterior no que diz respeito ao repertório trabalhado: estaria a música popular presente aqui? O **Conteúdo programático** apresentado em ambos os componentes muito se aproxima de um discurso característico da música erudita, pelos termos técnicos apresentados e que são marcantes no mundo da regência, como “tético”, “anacrústico”, “acéfalo”, terminações: simples e com fermata (noções de fermata); fermatas internas e conclusivas”. Vale salientar que este tipo de discurso aparece mais no componente curricular Regência 2 do que no da Regência 1 (ver

Quadro 1).

## **À guisa de conclusão**

A partir das análises dos discursos postos nos planos de ensino dos componentes Regência 1 e Regência 2, é possível perceber certo distanciamento do próprio discurso do PPC, que é enfático em relação à música popular e sua presença como marca distintiva do currículo da Licenciatura em Música do IFPE – Campus Belo Jardim.

Por distanciamento não quero dizer isenção ou ausência, apenas aponto que, em nível discursivo, considerando o corpus analisado, há uma presença reduzida do elemento “música popular”. Destaco que este trabalho tomou como base apenas o PPC e os planos de ensino, futuras investigações que se debruçam sobre outros sujeitos enunciativos (docentes, discentes, coordenadores, demais componentes curriculares etc.), podem apontar para outros horizontes, ampliando a discussão e trazendo outras problemáticas, tanto para a discussão sobre a presença e o ensino de regência no contexto da Licenciatura em Música quanto para o campo do currículo.

## Referências

- ARROYO, Miguel C. *Currículo: território em disputa*. 5 ed. 8 reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREEN, Lucy. *Music, informal learning and the school: a new classroom pedagogy*. London: Ashgate, 2008.
- GREEN, L. Ensino da música popular em si, para si mesma e para “outra” música: uma pesquisa atual em sala de aula. *Revista da ABEM*, Londrina, v.20, n.28, p. 61-80, 2012.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM. Plano do curso de licenciatura em música. Belo Jardim: IFPE-Belo Jardim, 2013. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/campus/belo-jardim/cursos/superiores/licenciaturas/musica/projeto-pedagogico>>. Acesso em: 30 dez. 2019
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. 1 ed. 6 reimp. São Paulo: Cortez, 2011.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 8. reimpr. São Paulo: EPU, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo?. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35.